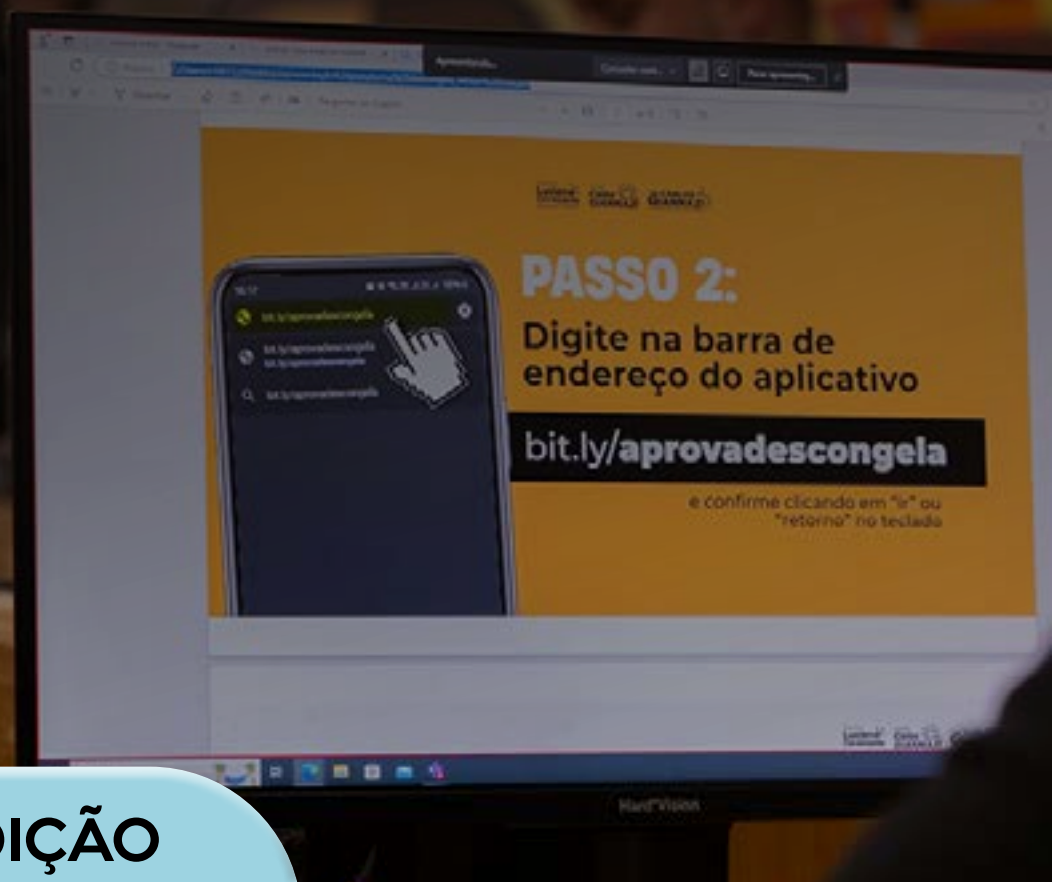
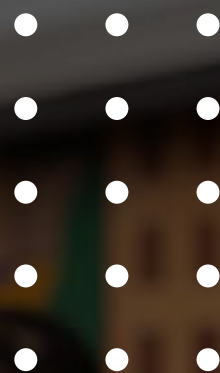




04 de junho de 2024 | nº 86

Sindilex participa da Audiência Pública do Descongela Já



VEJA NESTA EDIÇÃO

- TCMSP Inova e Determina Instalação de Câmeras nas Obras Municipais
- Decisão Judicial Favorável na Ação de Migração do SampaPrev
- Artigo Crítico: Daniel Cara Afirma que Novo Ensino Médio 'Não Sobrevive Mais'

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

21 de maio

Reunião com o SGA da Câmara Municipal

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, reuniram-se com o Secretário Geral Administrativo da Câmara, Senhor Mário Maschietto. Foi realizado balanço da pauta de reivindicações atendidas e debatidas as questões pendentes.

23 de maio

Reunião com os advogados sobre ação do Sampaprev

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, o vice-presidente, Miguel Lima, o tesoureiro Aldo Cuomo e os servidores que aderiram à ação reuniram-se, de modo online, com os advogados do escritório Innocenti para debater a decisão da ação judicial do Sampaprev e compreender os próximos passos.

Visita aos setores da Câmara Municipal

O vice-presidente, Miguel Lima, visitou setores da Câmara Municipal e conversou com os servidores sobre a pauta de reivindicações.

24 de maio

Reunião da Conacate

O presidente Daniel Santos e os vice-presidentes Miguel Lima e Marcos Alcyr participaram da reunião da Conacate, que ocorreu na sede do Sindilex.

Durante a reunião, foram debatidos os seguintes temas:

1. Rumos do Movimento Sindical; 2. Rumo das Estruturas de Estado:
 - a. A imagem das carreiras de estado, b. A terceirização;
3. PLP 21/2023 – Descongela Já e 4. Teto dos municípios

27 de maio

Reunião da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público

O presidente Daniel Santos participou da reunião da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público e debateu vários temas de interesse dos servidores. Pauta resumida: campanhas salariais; Audiência Pública do PLP 21/2023 (Descongela Já) na Câmara Municipal; PEC 221/2019 – Frente Parlamentar Mista da Redução da Jornada de Trabalho; agenda legislativa das centrais no Congresso de 2024; agenda jurídica das centrais no STF em 2024.

Reunião da Pública Estadual SP

Foi realizada, na sede do Sindilex, reunião da Pública Estadual SP com sindicatos que foram convidados a conhecer e se filiar à Pública Central do Servidor. Participaram dessa reunião o presidente nacional da Pública, José Gozze, o presidente da Pública Estadual São Paulo Guilherme Nascimento, o presidente do Sindilex, Daniel Santos, o vice-presidente Miguel Lima e demais representantes de sindicatos e associações municipais.

Audiência Pública do Descongela Já

O presidente Daniel Santos e o vice-presidente Miguel Lima participaram da Audiência Pública do Descongela Já, realizada na Câmara Municipal.

28 de maio

Visita aos setores da Câmara Municipal

O presidente do Sindilex Daniel Santos e o vice-presidente, Miguel Lima, visitaram setores da Câmara Municipal e conversaram com os servidores sobre a pauta de reivindicações.

29 de maio

Plantão no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com autoridades e dialogou com servidores de diversos setores. Ele também acompanhou a Sessão Plenária do Tribunal.

DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

Sindilex participa da Audiência Pública do Descongela Já

O presidente do Sindicato, Daniel Santos, participou da Audiência Pública do Descongela Já, realizada na segunda-feira (27/05). Compondo a Mesa dos Trabalhos, Daniel fez um pronunciamento a respeito do projeto PLP 21/2023, enfatizando a necessidade de mobilização dos servidores para pressionar a colocação em pauta e votação do projeto pela Câmara dos Deputados e posterior votação no Senado Federal.



Imagem: Reprodução

A audiência pública, realizada no âmbito da Comissão do Idoso e Assistência Social da Câmara Municipal, em conjunto com a Comissão de Administração e Serviços Públicos da Câmara dos Deputados, teve as iniciativas do vereador Celso Giannazi e da deputada federal Luciene Cavalcanti e ocorreu no Auditório Prestes Maia do legislativo paulistano.

O evento contou, ainda, com as presenças do deputado estadual Carlos Giannazi, do presidente da Pública, José Gozze, do vice-presidente do Sindilex, Miguel Lima, além de importantes lideranças sindicais.

Entenda o Projeto:

O projeto (PLP 21/2023) – Descongela Já é de autoria da deputada Luciene Cavalcanti (PSOL) e propõe o descongelamento do tempo de serviço congelado pela Lei Complementar 173/20, liberando a contagem de tempo para efeito de quinquênios, sexta-partes e licença-prêmio. Além disso, autoriza os entes federados a pagarem os valores retroativos de anuênios, triênios, quinquênios e sexta-parte.

A LC 173/2020 foi responsável pelo congelamento de 583 dias, o que vem dificultando a contagem de tempo de serviço para evolução funcional e para a aposentadoria.

O PLP Descongela Já iniciou sua tramitação pela Comissão de Administração e Serviços Públicos, que avalia o mérito da propositura. Em seguida, passou pela Comissão de Finanças e Tributação, considerada a comissão mais difícil. Conseguir a relatoria para o deputado Guilherme Boulos foi uma vitória importante, segundo a deputada Luciene.



Imagem: Reprodução

Na sequência, o projeto foi para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que demandou articulação para garantir um relator favorável à matéria. Essa etapa também foi vencida e o projeto foi aprovado na CCJ. Agora, o PLP está

em condições de entrar na pauta da Câmara Federal, e as articulações são para que o presidente Arthur Lira pautе o projeto e o coloque em votação. Essa etapa vai exigir muita mobilização dos servidores, daí a realização de eventos como esta Audiência Pública conjunta em São Paulo, visando a máxima divulgação e o engajamento das entidades sindicais e associativas.

Para ajudar na pressão, a deputada Luciene divulgou um site contendo um abaixo-assinado em favor da aprovação do PLP 21/2023:

DESCONGELA JÁ

CLIQUE AQUI



[Veja inteiro o teor da Audiência Pública clicando aqui](#)

Campanha de Solidariedade à População do Rio Grande do Sul

O Sindilex continua sua campanha de solidariedade à população do Rio Grande do Sul para oferecer suporte contínuo às vítimas das fortes chuvas, garantindo que recebam a ajuda necessária durante esse período difícil.

O cartão de campanha apresenta o título "Solidariedade para a população do Rio Grande do Sul" em branco sobre um fundo de uma cidade inundada com uma mão gigante azul sobreposta. Abaixo, há uma seta azul apontando para a direita com o texto "DOAÇÕES MATERIAIS" e o texto "Em qualquer Agência dos Correios de SP, PR e RS". Na base, há o título "CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS" e um ícone de uma carteira com um coração e um símbolo de dólar. Abaixo do ícone, estão os dados bancários: "PIX – CNPJ – 23.301.422/0001-00 (CEAPE SINDICATO)", "Banco: 748 – SICREDI" e "Ag: 0105 – *Cc: 0000000002844".

Solidariedade para a população do Rio Grande do Sul

DOAÇÕES MATERIAIS

Em qualquer Agência dos Correios de SP, PR e RS

CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS

PIX – CNPJ – 23.301.422/0001-00 (CEAPE SINDICATO)
Banco: 748 – SICREDI
Ag: 0105 – *Cc: 0000000002844

SINDICALISMO PELO BRASIL



CEAPE - Sindicato apresenta prestação de contas da Campanha de Solidariedade ao Rio Grande do Sul

O CEAPE-Sindicato, Sindicato dos Auditores de Controle Externo do TCE-RS, a ASTC - Associação dos Servidores do TCE-RS e o SINDTCE - Sindicato dos Oficiais de Controle Externo do TCE-RS vêm à presença de todos os colaboradores e colaboradoras da Campanha - **Servidores e Sociedade em uma Ação Solidária** para apresentar a Prestação de Contas Parcial dos valores arrecadados e sua aplicação até o dia 22/05/2024.

Para tanto, além deste documento com os dados elencados, qualquer cidadão ou cidadã poderá ter acesso às notas fiscais das aquisições ocorridas no período, bem como às fotos das entregas.

Também estarão disponíveis os extratos bancários com as arrecadações diárias e o respectivo saldo que o CEAPE ainda dispõe para continuar com o auxílio a todos os atingidos e todas as atingidas pelas enchentes no RS.

O comitê gestor da campanha decidiu criar um e-mail campservidoresociedadetcers@gmail.com para que, querendo, o cidadão ou a cidadã solicite autorização de acesso aos documentos mencionados, que ficarão disponíveis por 3 (três) dias. Após esse prazo, deverá ser encaminhado um novo e-mail para visualizar os documentos fiscais e bancários.

Acesse o link abaixo e conheça os valores arrecadados e destinados à campanha de solidariedade.

[Campanha de Solidariedade ao Rio Grande do Sul](#)

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



TCMSP inova e determina à Prefeitura a instalação de câmeras nas obras municipais

Em Sessão Plenária realizada na quarta-feira (22/05), os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município aprovaram a determinação para que a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB) e São Paulo Obras (SPObras) façam um planejamento para a instalação de câmeras em todas as obras, em quantidade suficiente para cobertura de toda a extensão, com as especificações e qualidades técnicas que garantam o acompanhamento em tempo real, evitando prejuízos ao erário decorrentes de falhas evitáveis.

O TCM avaliou que as câmeras existentes em algumas obras municipais são ineficientes para o controle adequado porque são fixas, têm pouca definição e estão situadas longe da movimentação da obra.

Para o conselheiro relator da matéria, Conselheiro Domingos Dissei, a utilização de ferramentas tecnológicas é um instrumento eficaz no exercício do controle externo da administração pública, inclusive para a atuação preventiva exercida pelos Tribunais de Contas.

A determinação considerou também que o sistema de monitoramento de obras e os serviços de engenharia por imagem e mapeamento georreferenciado aperfeiçoam os procedimentos de controle, permitindo o registro da série histórica, indicando as ações realizadas, com a devida localização, latitude e longitude (GPS), data e horário de cada intervenção e o armazenamento destes dados para consulta.

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



Assembleia do RS vota flexibilização das regras fiscais em razão das enchentes no Estado

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul votou o PLC 148/2024, que estabelece normas de finanças públicas no âmbito do Estado voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal com a adoção de mecanismos de limitação do gasto público e de controle e manutenção do equilíbrio das contas públicas, que se referencia nas leis que estabelecem normas de finanças públicas no âmbito do Estado, voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal.

O objetivo, conforme a justificativa do projeto, é flexibilizar as atuais regras fiscais estabelecidas em âmbito estadual, notadamente em relação ao teto de gastos e às limitações de despesas de pessoal, em função da necessidade de aplicação de recursos para o enfrentamento da calamidade provocada pelas enchentes no RS. O proponente ainda destaca que a norma proposta será vinculante para os órgãos e entidades do Executivo, sendo facultada a sua adoção pelos demais Poderes e Órgãos autônomos do Estado.

Habitação

Também foi aprovado o PL 146/2024, que dispõe sobre a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS), institui Programas Habitacionais. De acordo com o Executivo, o PEHIS tem por finalidade reunir o conjunto de programas habitacionais a serem executados pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, agrupando programas já existentes como A Casa é Sua; programas que estão sendo implementados no momento, como o A Casa é Sua - Calamidades e o Residencial 60+; e um programa novo a ser instituído pelo projeto denominado Porta de Entrada, cuja característica

principal é um aporte de recursos financeiros ou imóvel públicos para servir de lastro ao financiamento mobiliário a ser tomado pelo beneficiário.



Imagem: Divulgação/Agência Brasil

Ainda foi aprovado, o PL 149/2024, que altera a Lei nº 15.934/2023, que dispõe sobre a estrutura administrativa e diretrizes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e a Lei nº 15.935/2023, que institui o Novo Quadro Geral dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Executivo.

As alterações propostas buscam transformar a Secretaria de Parcerias e Concessões na Secretaria da Reconstrução Gaúcha, voltada para o atendimento das demandas decorrentes dos eventos climáticos que atingiram o RS nos anos de 2023 e 2024. O novo órgão, de acordo com a justificativa do projeto, atuará na coordenação do planejamento, da formulação e execução de ações, projetos e programas voltados para a implantação ou incremento da resiliência climática, para o enfrentamento das consequências decorrentes dos eventos climáticos, além da proposição de diretrizes para captação de recursos visando à reconstrução do estado e da coordenação do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) e demais fundos públicos eventualmente criados para este fim.

[Leia mais clicando aqui](#)



SECURITIZAÇÃO: saiba como este mecanismo pode drenar os recursos públicos

Pode entrar em votação, a qualquer momento, na Câmara dos Deputados, o PLP (Projeto de Lei Complementar) 459/2017, que trata da chamada “securitização de créditos públicos”. Com essa medida, grande parte das receitas estatais (da União, estados, municípios e DF) não chegará aos cofres públicos, pois será desviada durante seu percurso pela rede bancária para o pagamento de dívida ilegal gerada por esse esquema.

Esse esquema antecipa créditos da dívida ativa para União, estados, municípios e DF, porém, a um custo onerosíssimo para o ente, pois os títulos emitidos garantem a valorização a taxas de juros altíssimas que favorecem apenas os credores, que são instituições financeiras privilegiadas, e o curso do dinheiro sequer passa pela estrutura orçamentária pública, sendo controlada por um banco escolhido para organizar os pagamentos.

Portanto, parte dos impostos pagos pelos contribuintes é desviada para uma conta vinculada a esse esquema. Durante o percurso dos recursos pela rede bancária, o dinheiro vai sendo fragmentado e não chega a fazer parte do orçamento público, pois toda a transação financeira é feita na rede bancária fora dos controles oficiais.

Esse tipo de negócio foi realizado em Belo Horizonte e comprometeu o Município com um rombo enorme nas contas públicas! O Município antecipou

receitas de R\$ 200 milhões e se comprometeu a pagar R\$ 880 milhões, mais atualizações monetárias calculadas pelo IPCA + 1% ao mês sobre os R\$ 880 milhões. Tal operação foi foco da CPI da PBH Ativos, que produziu relatório final condenando as operações.

A securitização afronta a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orçamentária.

Pressione a Câmara Federal.

Acesse mais informações pelo site: <https://auditoriacidada.org.br/>



ARTIGOS CRÍTICOS



Imagem meramente ilustrativa: Freepik

Novo Ensino Médio ‘não sobrevive mais’, afirma Daniel Cara

Educador e cientista político afirma que a reforma nunca foi defendida no governo de transição. Modelo tenta resolver todos os problemas estruturais com um currículo para formar empreendedores, quando deveria preparar os jovens para lidar com uma sociedade injusta que precisa ser transformada.

“O Novo Ensino Médio está morto e já não sobrevive mais”, segundo avaliação do professor e pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Daniel Cara. Para o educador, o modelo enfrenta 99,9% de rejeição da comunidade educacional formada pela rede pública. Interessa apenas a meia dúzia de fundações empresariais do setor. E não faltam motivos para isso.

“O maior erro dessa reforma de ensino é que ela acha que pelo currículo resolve os problemas estruturais da educação brasileira. Currículo é uma parte da política educacional. Pode até ser o coração da política educacional. Mas a alma, os braços, as pernas, os ossos, a musculatura dependem de outras ações, entre elas a infraestrutura das escolas, formação dos professores, quantidade de professores. A gente não tem quantidade para implementar essa reforma”, disse.

Cara referia-se a demandas dos estudantes secundaristas que ocuparam escolas contra a reforma em 2016. Eu vejo como um aspecto muito dolorido de todo esse processo é que o que os estudantes pediam em 2016 era uma escola com melhor infraestrutura, uma escola que tivesse laboratório de ciência, laboratório de informática, quadra poliesportiva coberta, internet banda larga, eles queriam uma estrutura de escola do século 21”.

Além disso, Daniel Cara apontou fragilidades do modelo em termos de projeto pedagógico, muito orientado a uma concepção neoliberal. Ou seja, formar empreendedores despreparados para lidar com uma sociedade injusta, que precisa ser transformada. “E tem outro problema concreto. Com essa idade, com 15, 16 anos, você não consegue tomar uma decisão sobre o trajeto que vai ter por toda a sua vida. Segmentar tanto a sociedade por esses trajetos e tomar uma decisão muito cedo de segmentação da sociedade é muito determinista, é muito cruel. Esse modelo gera frustração para os jovens.”

Na entrevista, o especialista defende a reorganização das escolas por áreas como alternativa ao Novo Ensino Médio. “Teria área de ciências humanas, ciências da natureza, língua portuguesa e matemática. Essas áreas teriam uma coordenação pedagógica dentro de cada escola. Todas as escolas teriam de ter essas quatro áreas garantidas, como existia no modelo anterior. No fundo, é aproveitar os professores que já estão concursados, as salas de aula que já existem, fazer com que a escola, dentro de um projeto pedagógico, possa fazer no terceiro ano do ensino médio, aprofundamentos conforme a necessidade dos alunos”, disse, ressaltando que esse aprofundamento não demandaria a construção de novas salas de aula.

Artigo retirado da Revista Rede Brasil Atual ([Acesse o link aqui](#)).

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início de outubro, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Tema 1.150, estabeleceu diretrizes que atribuem ao Banco do Brasil a responsabilidade por retiradas não autorizadas ou por má administração de fundos das contas PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da implementação da Constituição Federal de 1988 podem ter o direito de receber uma restituição significativa se houver descoberto irregularidades nos extratos de suas contas PASEP.

Finalidade da Ação

O objetivo da ação é buscar indenização por prejuízos decorrentes de retiradas indevidas em conta individual vinculada ao PASEP.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

[Clique a aqui para o formulário do Requerimento de Extrato do PASEP](#)

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- Procuração e contrato assinados
- Documento de identidade (RG) e CPF
- Comprovante de endereço
- Extrato da conta PASEP

Decisão Judicial Favorável na Ação de Migração do Sampaprev



O Sindilex realizou, no dia 23 de maio, uma reunião online com os servidores que aderiram à ação e os advogados do escritório Innocenti para debater a decisão judicial sobre o Sampaprev e esclarecer os próximos passos.

É com satisfação que informamos o trânsito em julgado da ação nº 1003290-46.2020.8.26.0053, promovida pelo Sindilex, relativa à migração para o Regime de Previdência Complementar (RPC). A ação visa ajustar as contribuições e garantir os direitos previdenciários dos nossos sindicalizados.

PRINCIPAIS PONTOS

Execução de Sentença: Os advogados do Sindilex já iniciaram as ações legais para que o IPREM apresente os cálculos das diferenças de contribuições desde dezembro de 2018, facilitando o recebimento de valores atrasados via precatórios para aqueles que já migraram.

Assessoria Financeira: O Sindilex disponibilizará consultoria para os cálculos previdenciários, auxiliando na decisão de migração.

Servidores que já migraram: Enviar os holerites de dezembro/2018 até o mês de sua migração.

Servidores que ainda não migraram: Enviar os holerites de dezembro/2018 a abril de 2024, incluindo os de folha suplementar.

Para obter mais informações detalhadas sobre a decisão e os próximos passos, entre em contato com o Sindilex.

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais